

Sumário

INTRODUÇÃO

Capítulo 1 – ARBITRAGEM E TUTELA JURISDICIONAL

- 1.1. Conflito de interesses
- 1.2. Métodos de resolução de conflitos
- 1.3. Direito de ação, tutela jurisdicional e arbitragem

Capítulo 2 – ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM

- 2.1. Breve notícia histórica
 - 2.1.1. Perspectiva internacional
 - 2.1.2. Perspectiva brasileira
- 2.2. Conceito
- 2.3. Natureza jurídica
 - 2.3.1. Teoria contratualista (ou privatista) da arbitragem
 - 2.3.2. Teoria jurisdicional (ou publicista) da arbitragem
 - 2.3.3. Teoria mista da arbitragem
 - 2.3.4. Teoria autônoma (ou autonomista) da arbitragem
 - 2.3.5. A arbitragem possui natureza jurisdicional
- 2.4. Qualidades da arbitragem
 - 2.4.1. As mais importantes qualidades
 - 2.4.2. Celeridade
 - 2.4.3. Possibilidade de escolha de um julgador especialista na matéria
 - 2.4.4. Imparcialidade dos árbitros em conflitos envolvendo elementos internacionais
 - 2.4.5. Eficácia transnacional da sentença arbitral
 - 2.4.6. Flexibilidade do procedimento arbitral
 - 2.4.7. A questão do custo da arbitragem
- 2.5. Posição enciclopédica
- 2.6. Classificações da arbitragem
 - 2.6.1. Arbitragem de direito e arbitragem de equidade
 - 2.6.1.1. Arbitragem de direito e normas jurídicas
 - 2.6.1.2. Arbitragem de equidade: noções e terminologia
 - 2.6.1.3. Arbitragem de equidade: possibilidade de decisões *contra legem*
 - 2.6.1.4. Arbitragem de equidade: debate sobre a possibilidade de afastamento da prescrição
 - 2.6.1.5. Arbitragem de equidade: debate sobre a possibilidade de afastamento de disposições contratuais
 - 2.6.1.6. Arbitragem de equidade e formação dos árbitros: o equívoco no exame de matéria técnica por árbitros não especialistas não é julgamento por equidade

- 2.6.1.7. Arbitragem de equidade: faculdade – não obrigação – de proferir decisão *contra legem*, caso esse resultado pareça mais justo
- 2.6.1.8. Problemas interpretativos na cumulação entre arbitragem de direito e arbitragem de equidade
- 2.6.1.9. Fundamentação das decisões na arbitragem de equidade
- 2.6.1.10. Arbitragem de equidade e Administração Pública
- 2.6.2. Arbitragem *ad hoc* e arbitragem institucional
 - 2.6.2.1. Arbitragem *ad hoc*
 - 2.6.2.2. Arbitragem institucional
 - 2.6.2.3. Vantagens e desvantagens das arbitragens *ad hoc* e institucional
- 2.6.3. Arbitragem internacional e arbitragem doméstica
 - 2.6.3.1. A complexidade dos critérios para distinguir arbitragem internacional e arbitragem doméstica
 - 2.6.3.2. A Lei de Arbitragem brasileira e os conceitos de arbitragem internacional, arbitragem doméstica, sentença arbitral estrangeira e sentença arbitral nacional
- 2.7. Constitucionalidade da Lei n.º 9.307/1996
 - 2.7.1. Antecedentes e reação da doutrina
 - 2.7.2. O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal

Capítulo 3 – PRINCÍPIOS GERAIS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM

- 3.1. A importância dos princípios jurídicos na atualidade
- 3.2. Arbitragem, princípios jurídicos e Direito aplicável
- 3.3. Princípios de origem material
 - 3.3.1. Princípios clássicos do Direito Privado aplicados à arbitragem
 - 3.3.1.1. Princípio da autonomia privada
 - 3.3.1.2. Princípio da força obrigatória dos contratos
 - 3.3.1.3. Princípio da relatividade dos contratos
 - 3.3.2. Princípios contemporâneos do Direito Privado aplicados à arbitragem
 - 3.3.2.1. Princípio da boa-fé objetiva
 - 3.3.2.2. Princípio do equilíbrio contratual
 - 3.3.2.3. Princípio da função social do contrato
- 3.4. Princípios de origem processual
 - 3.4.1. Modelo constitucional de processo arbitral: devido processo legal e liberdade individual
 - 3.4.1.1. Aspecto do devido processo legal
 - 3.4.1.2. Aspecto da liberdade individual
 - 3.4.2. A difícil tarefa de sistematizar os princípios processuais
 - 3.4.3. Os princípios processuais explicitamente previstos na Lei de Arbitragem brasileira

- 3.4.4. Outros princípios processuais aplicáveis à arbitragem
 - 3.4.4.1. Princípio constitucional do acesso à justiça
 - 3.4.4.2. Princípio constitucional do devido processo legal
 - 3.4.4.3. Princípio constitucional do contraditório
 - 3.4.4.4. Princípio constitucional da ampla defesa
 - 3.4.4.5. Princípio constitucional da igualdade
 - 3.4.4.6. Princípio constitucional do juiz natural
 - 3.4.4.7. Princípio constitucional da razoável duração do processo
 - 3.4.4.8. Princípio constitucional da inadmissibilidade das provas ilícitas
 - 3.4.4.9. Princípio constitucional da efetividade do processo
 - 3.4.4.10. Princípio constitucional da motivação das decisões
 - 3.4.4.11. Princípio constitucional da publicidade dos atos processuais
 - 3.4.4.12. Princípio infraconstitucional da iniciativa das partes
 - 3.4.4.13. Princípio infraconstitucional dispositivo
 - 3.4.4.14. Princípio infraconstitucional do impulso oficial
 - 3.4.4.15. Princípio infraconstitucional da oralidade
 - 3.4.4.16. Princípio infraconstitucional do livre convencimento motivado
 - 3.4.4.17. Princípio infraconstitucional da lealdade processual
 - 3.4.4.18. Princípio infraconstitucional da economia processual
 - 3.4.4.19. Princípio infraconstitucional da instrumentalidade das formas
- 3.5. Princípios de Direito Internacional Privado
 - 3.5.1. A difícil tarefa de sistematização dos princípios de Direito Internacional Privado
 - 3.5.2. Princípio da autonomia da vontade na escolha do Direito aplicável
 - 3.5.2.1. Algumas noções a respeito do princípio da autonomia da vontade
 - 3.5.2.2. Autonomia da vontade como elemento de conexão no Direito Internacional Privado brasileiro: a interpretação do art. 9.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
 - 3.5.2.3. Autonomia da vontade como elemento de conexão na arbitragem e sua influência no Direito Internacional Privado brasileiro
 - 3.5.3. Princípio da ordem pública (os três graus de ordem pública)

Capítulo 4 – ARBITRABILIDADE

- 4.1. Primeiras noções
- 4.2. Classificação da arbitrabilidade
 - 4.2.1. Arbitrabilidade *stricto sensu* e arbitrabilidade *lato sensu*
 - 4.2.2. Arbitrabilidade subjetiva x arbitrabilidade objetiva

- 4.3. Arbitrabilidade: condição de validade da convenção de arbitragem x regra de competência internacional exclusiva dos Estados soberanos
- 4.4. Observações de Direito Comparado
- 4.5. Arbitrabilidade subjetiva
 - 4.5.1. Primeiras noções
 - 4.5.2. Entes despersonalizados e arbitrabilidade subjetiva
 - 4.5.3. Pessoas incapazes e arbitrabilidade
- 4.6. Arbitrabilidade objetiva
 - 4.6.1. Critérios
 - 4.6.1.1. Ordem pública
 - 4.6.1.2. Transacionabilidade
 - 4.6.1.3. Livre disponibilidade
 - 4.6.1.4. Patrimonialidade
 - 4.6.2. Interpretação dada ao *caput* do art. 1.º da Lei de Arbitragem pela doutrina brasileira
 - 4.6.3. Crítica ao critério da livre disponibilidade tal como entendido pela doutrina brasileira
 - 4.6.4. Adoção pelo Brasil do critério da patrimonialidade: art. 852 do Código Civil e art. 1.º da Convenção do Panamá de 1975
 - 4.6.5. Arbitrabilidade e normas cogentes (ou normas imperativas ou normas de ordem pública)

Capítulo 5 – ARBITRAGEM E DIREITO DO CONSUMIDOR

- 5.1. Introdução
- 5.2. Direito do consumidor é direito patrimonial (e disponível)
- 5.3. Exame da cláusula compromissória inserida em contratos de adesão submetidos à disciplina da Lei n.º 8.078/1990
- 5.4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito das cláusulas compromissórias insertas em contratos de consumo
- 5.5. A exigência legal, no plano da eficácia, para a regularidade da arbitragem nos contratos de adesão: concordância expressa do consumidor com a instituição da arbitragem
- 5.6. A prévia indicação dos árbitros e da câmara administradora da arbitragem na cláusula compromissória submetida ao Código de Defesa do Consumidor

Capítulo 6 – ARBITRAGEM E DIREITO SOCIETÁRIO

- 6.1. Introdução
- 6.2. Três notas de Direito Comparado: Itália, Espanha e Estados Unidos
 - 6.2.1. Itália
 - 6.2.2. Espanha
 - 6.2.3. Estados Unidos
- 6.3. A situação da arbitragem societária no Brasil antes da Reforma da Lei de Arbitragem
- 6.4. Cláusula compromissória em acordos de acionistas

- 6.4.1. Anotações sobre o acordo de acionistas na Lei das Sociedades por Ações
- 6.4.2. A execução específica do acordo de acionistas
- 6.4.3. Arbitragem em acordos de acionistas
- 6.5. Alcance subjetivo da cláusula compromissória nas sociedades anônimas
 - 6.5.1. Divergências prévias à Reforma da Lei de Arbitragem
 - 6.5.1.1. Inclusão da cláusula compromissória na constituição da companhia antes da Reforma da Lei de Arbitragem
 - 6.5.1.2. Inclusão da cláusula compromissória na reforma do estatuto social antes da Reforma da Lei de Arbitragem
 - 6.5.2. Decisões judiciais a respeito do alcance subjetivo da cláusula compromissória inserida em atos constitutivos antes da Reforma da Lei de Arbitragem
 - 6.5.3. Arbitragem societária após a Reforma da Lei de Arbitragem
 - 6.5.3.1. Quórum de instalação e quórum de deliberação para aprovação da cláusula compromissória estatutária
 - 6.5.3.2. Vinculação de todos os acionistas?
 - 6.5.3.3. Vinculação dos administradores?
 - 6.5.3.4. Direito de retirada (direito de recesso)
- 6.6. Notas sobre a sociedade limitada
- 6.7. Arbitrabilidade objetiva de litígios societários
 - 6.7.1. Três premissas fundamentais
 - 6.7.2. Decisões judiciais a respeito do alcance objetivo da cláusula compromissória e da arbitrabilidade objetiva de litígios societários
 - 6.7.2.1. Alcance objetivo da cláusula compromissória
 - 6.7.2.2. Arbitrabilidade objetiva
 - 6.7.3. Divergência doutrinária a respeito da arbitrabilidade objetiva de litígios societários

Capítulo 7 – ARBITRAGEM, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

- 7.1. Introdução
- 7.2. Duas premissas
 - 7.2.1. Existem normas especiais em relação à arbitrabilidade objetiva
 - 7.2.2. Arbitrabilidade objetiva e processos falimentares no Brasil: uma exceção, em algumas hipóteses, ao critério geral
 - 7.2.3. Duas premissas e duas hipóteses
- 7.3. Notas de Direito Comparado
 - 7.3.1. Reino Unido
 - 7.3.2. França
 - 7.3.3. Alemanha
 - 7.3.4. Suíça
- 7.4. Recuperação extrajudicial, recuperação judicial e falência
 - 7.4.1. Noção introdutória sobre o instituto da recuperação extrajudicial
 - 7.4.2. Noção introdutória sobre o instituto da recuperação judicial

- 7.4.3. Noção introdutória sobre o instituto da falência
- 7.5. Questões polêmicas envolvendo arbitragem e execução concursal (recuperação extrajudicial, recuperação judicial e falência)
 - 7.5.1 Arbitragem e recuperação extrajudicial: art. 163 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.2. Arbitragem e recuperação judicial
 - 7.5.2.1. Efeitos da recuperação judicial sobre a convenção de arbitragem já celebrada: arts. 49, 64, 65 e 66 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.2.2. Possibilidade de celebração de convenção de arbitragem após a recuperação judicial: arts. 64, 65 e 66 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.2.3. Efeitos da recuperação judicial sobre as arbitragens já iniciadas: arts. 6.º e 52 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.2.4. Arbitragem, recuperação judicial e arts. 3.º e 76 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.2.5. Arbitragem e o plano de recuperação judicial
 - 7.5.3. Arbitragem e falência
 - 7.5.3.1. Efeitos da falência sobre a convenção de arbitragem já celebrada: arts. 22, 99, 103, 114 e, especialmente, 117 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.3.2. Possibilidade de celebração de convenção de arbitragem após a falência: arts. 22, 99, 103 e 114 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.3.3. Efeitos da falência sobre as arbitragens já iniciadas: arts. 6.º, 22, 99, 103, 114, 140 e 142, todos da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.3.4. Arbitragem e juízo universal da falência: arts. 6.º e 76 da Lei de Recuperação Judicial e Falências
 - 7.5.4. Arbitragem, Ministério Público, recuperação judicial e falência

Capítulo 8 – ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 8.1. Introdução
- 8.2. Qualidades da arbitragem e escolha do método de resolução de litígios pela Administração Pública
- 8.3. Breve nota sobre o desenvolvimento da legislação federal brasileira a respeito da arbitragem envolvendo entes públicos no Brasil
- 8.4. Algumas outras iniciativas fora do âmbito da legislação federal brasileira
- 8.5. Notícia sobre o direito estrangeiro
- 8.6. A jurisprudência dos tribunais
 - 8.6.1. Panorama geral
 - 8.6.2. Supremo Tribunal Federal
 - 8.6.3. Superior Tribunal de Justiça
 - 8.6.4. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
 - 8.6.5. Tribunal de Justiça do Distrito Federal

- 8.6.6. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- 8.6.7. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- 8.6.8. Tribunal Regional Federal da 2.ª Região
 - 8.6.8.1. ANP x Petrobras (Campo de Jubarte)
 - 8.6.8.2. ANP x Petrobras (Campo de Lula)
- 8.6.9. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- 8.6.10. A posição do Tribunal de Contas da União
- 8.7. Arbitrabilidade e princípio da legalidade
 - 8.7.1. Arbitrabilidade em relação a entes públicos
 - 8.7.2. Diversas correntes a respeito da arbitrabilidade de conflitos envolvendo a Administração Pública
 - 8.7.2.1. Arbitrabilidade subjetiva: capacidade de fato, competência administrativa e inexistência de vedação normativa
 - 8.7.2.2. Arbitrabilidade subjetiva, exigência de autorização legal específica e Reforma da Lei de Arbitragem de 2015
 - 8.7.2.3. Arbitrabilidade subjetiva, autorização legal específica no próprio *caput* do art. 1.º da Lei de Arbitragem e Reforma da Lei de Arbitragem de 2015
 - 8.7.2.4. Arbitrabilidade objetiva: admissibilidade da arbitragem a partir da distinção entre interesse público primário e interesse público secundário, atos de império e atos de gestão, bem como atividades-fim e atividades-meio
 - 8.7.2.5. Arbitrabilidade objetiva: admissibilidade da arbitragem a partir da técnica de ponderação de interesses com fundamento na Constituição da República
- 8.8. Arbitrabilidade, Direito Administrativo e normas cogentes (ou normas imperativas ou normas de ordem pública)
- 8.9. Arbitragem e contratos administrativos
 - 8.9.1. Contrato administrativo e cláusulas exorbitantes (ou cláusulas de privilégio)
 - 8.9.2. Arbitrabilidade e cláusulas exorbitantes do contrato administrativo
 - 8.9.3. Direito aplicável e equidade
 - 8.9.4. Idioma
 - 8.9.5. Sede da arbitragem e foro da administração
 - 8.9.6. Confidencialidade e publicidade
 - 8.9.6.1. As noções de confidencialidade, privacidade, sigilo e segredo
 - 8.9.6.2. Publicidade na arbitragem envolvendo entes públicos
 - 8.9.7. Árbitros e licitação
 - 8.9.8. Instituições arbitrais e licitação
 - 8.9.9. Privilégios processuais da Administração Pública
- 8.10. Princípio da autotutela da administração pública e princípio da competência-competência (*Kompetenz-Kompetenz*)

8.11. “Arbitragem administrativa”

Capítulo 9 – ARBITRAGEM, ESTADO E IMUNIDADES DE SOBERANIA

- 9.1. Introdução
- 9.2. Breve noção sobre a imunidade de soberania
- 9.3. Notas sobre a evolução no Direito Estrangeiro da imunidade de soberania
- 9.4. A posição da jurisprudência brasileira a respeito da imunidade de soberania
- 9.5. Imunidade de soberania e arbitragem
 - 9.5.1. Alguns exemplos de Direito Comparado
 - 9.5.2. Excertos de doutrina
 - 9.5.3. Imunidade de jurisdição e imunidade de execução do Estado soberano na arbitragem
 - 9.5.3.1. Imunidade de jurisdição na arbitragem
 - 9.5.3.2. Imunidade de execução na arbitragem
 - 9.5.3.3. Imunidade de execução e regime de precatórios

Capítulo 10 – ARBITRAGEM E DIREITO CONCORRENCIAL (*ANTITRUST*)

- 10.1. Arbitrabilidade objetiva
- 10.2. Aplicação da legislação antitruste pelo árbitro: poder ou dever
- 10.3. Qual legislação antitruste deve ser aplicada?
- 10.4. Controle da sentença arbitral que aplica o Direito Concorrencial: *second look doctrine*

Capítulo 11 – ARBITRAGEM E DIREITO DO TRABALHO

- 11.1. Introdução
- 11.2. Breve nota de Direito Comparado
- 11.3. Análise da doutrina anterior à Reforma Trabalhista
- 11.4. Análise da jurisprudência anterior à Reforma Trabalhista
- 11.5. Anteprojeto de Reforma da Lei de Arbitragem
- 11.6. A Reforma Trabalhista de 2017
- 11.7. Vantagens e riscos da arbitragem na esfera trabalhista

Capítulo 12 – ARBITRAGEM E DIREITO PENAL

Capítulo 13 – ARBITRAGEM E PROPRIEDADE INTELECTUAL
REFERÊNCIAS